



# Câmara Municipal de Aracruz

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

### **PROJETO DE LEI SUBSTITUTIVO 04/2025 AO PROJETO DE LEI SUBSTITUTIVO 01/2025 AO PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 02/2025.**

**EMENTA:** Dispõe sobre a denominação de logradouros no Distrito de Vila do Riacho, no município de Aracruz/ES.

#### **I. RELATÓRIO:**

Trata-se de Projeto de Lei Substitutivo ao Projeto de Lei do Legislativo tramitando nesta casa, distribuído à relatoria deste Vereador, no âmbito da Comissão de Constituição, Legislação, Justiça e Redação, para que, dentro de suas atribuições, opine sobre constitucionalidade, legalidade, juridicidade e técnica legislativa do projeto, que dispõe sobre a denominação de logradouros no Distrito de Vila do Riacho, no município de Aracruz/ES.

É o breve relatório.

#### **II. DA COMPETÊNCIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO JUSTIÇA E REDAÇÃO**

Nos termos do art. 70, inciso I do Regimento Interno desta Casa Legislativa, compete à Comissão de Constituição, Legislação, Justiça e Redação a análise dos aspectos constitucional, legal, regimental, jurídico e de técnica legislativa das proposições.

Ainda, conforme preconizado no art. 72 do mesmo diploma, à “*Comissão de Constituição, Legislação, Justiça e Redação, cabe, preliminarmente, examinar a admissibilidade de matéria, do ponto de vista da constitucionalidade e da conformidade à Lei Orgânica e ao Regimento Interno*”.

Desta forma, cabe à comissão a análise deste Projeto de Lei.

#### **GABINETE – VEREADOR EDILSON SPINASSE**

Rua Professor Lobo, 550 – Centro – Aracruz – ES – CEP 29.190-062 Tel.: (27) 3256-9491



Autenticar documento: <https://www.bamarasempapel.com.br/autenticidade>  
com o identificador 330035003500380034003A00540052004100, Documento assinado digitalmente  
conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.



# Câmara Municipal de Aracruz

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

## **III. DA COMPETÊNCIA LEGISLATIVA DO MUNICÍPIO, CONSTITUCIONALIDADE MATERIAL E DA LEGALIDADE**

O projeto versa sobre matéria de competência legislativa municipal, ante seu interesse local, conforme dispõe o art. 30, I, da CF e do art. 8º, XVI, da Lei Orgânica Municipal.

A proposição em questão é de iniciativa comum/concorrente entre os Poderes Legislativo e Executivo, conforme pacificado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no julgamento do RE nº 1.151.237/SP, com repercussão geral (Tema 1070).

A matéria está prevista no art. 21, XIV, da Lei Orgânica Municipal, *verbis*:

Art. 21 Cabe à Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, dispor sobre as matérias de competência do Município e especialmente: (...)

XIV - dar e alterar a denominação de próprios, vias e logradouros públicos.

Nos termos do art. 30, I, V e VIII, da CF, compete aos Municípios legislar sobre assuntos de interesse local e, no caso, promovendo o adequado ordenamento territorial.

**Registra que o referido substitutivo também engloba as alterações pretendidas pela Emenda Modificativa 19/2025 ao Projeto Substitutivo 01/2025, uma vez que foram reproduzidas integralmente em seu texto.**

Assim, observados os princípios gerais da Administração Pública, bem como o interesse público primário (concretização da memorização da história e da proteção ao patrimônio cultural imaterial do Município), é legítimo atribuir ou alterar a denominação dos bens públicos.

*In casu*, os agraciamentos foram justificados pelo proponente, que juntou cópia das certidões de óbito dos cidadãos homenageados *post mortem*.

## **IV. DO PROCEDIMENTO DE DELIBERAÇÃO:**

Por se tratar de projeto de lei ordinária deve ser observado o quórum de **maioria simples** para aprovação, desde que presentes a maioria absoluta dos vereadores em plenário.

**GABINETE – VEREADOR EDILSON SPINASSE**

Rua Professor Lobo, 550 – Centro – Aracruz – ES – CEP 29.190-062 Tel.: (27) 3256-9491



Autenticar documento: [www.santos.br/autenticidade](http://www.santos.br/autenticidade)  
com o identificador 330035003500380034003A00540052004100, Documento assinado digitalmente  
conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.



# Câmara Municipal de Aracruz

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

## V. DA TÉCNICA LEGISLATIVA:

A Constituição Federal estabeleceu, no parágrafo único do seu artigo 59, a necessidade da edição de lei complementar sobre a elaboração, a alteração, a redação e a consolidação das leis, o que se consumou com a promulgação da LC nº 95/98. Tal norma atendeu tais preceitos e estabeleceu diretrizes para a organização do ordenamento jurídico. Analisando o projeto de lei, observa-se que a proposição está em conformidade com a referida norma.

## VI. CONCLUSÃO

Isto posto, nos termos da fundamentação, o Projeto de Lei do Substitutivo nº 04/2025, está em consonância com o ordenamento jurídico, razão pela qual esta relatoria se manifesta pela **CONSTITUCIONALIDADE e LEGALIDADE da proposição.**

Aracruz/ES, 26 de agosto de 2025.

**JOSÉ EDILSON SPINASSE**  
PROGRESSITAS

GABINETE – VEREADOR EDILSON SPINASSE

Rua Professor Lobo, 550 – Centro – Aracruz – ES – CEP 29.190-062 Tel.: (27) 3256-9491



Autenticar documento: <http://www.aracruz.es.gov.br/maraspapel.com.br/autenticidade>  
com o identificador 330035003500380034003A00540052004100, Documento assinado digitalmente  
conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://aracruz.camarasempapel.com.br/autenticidade> utilizando o identificador 330035003500380034003A00540052004100

Assinado eletronicamente por **JOSÉ EDILSON SPINASSÉ** em 01/09/2025 14:14

Checksum: **6CD791BA4516D3C287C48F24633527B4F0BA896EA2FFD9D9B30A595202569C3F**

Assinado eletronicamente por **JOSÉ GOMES DOS SANTOS** em 01/09/2025 14:53

Checksum: **B36E11263B37EAB1361A4388AC7C310F86B8A2B5E79DFFF7ACA3FD232C9F54C5**

Assinado eletronicamente por **GUSTAVO ROSSONI BARCELOS** em 01/09/2025 15:24

Checksum: **340AF2C714E8AA645A75EC9CBB9EE1EA6A680FEEFFC8BB6F33FB821A94AF199F**



Autenticar documento em <https://aracruz.camarasempapel.com.br/autenticidade>  
com o identificador 330035003500380034003A00540052004100. Documento assinado digitalmente  
conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.